

A imprensa brasileira e o reconhecimento da independência de Angola

ADRIANO DE FREIXO
JACQUELINE VENTAPANE FREITAS

Resumo

Em 1975, mudanças políticas em Portugal abriram caminho para o desmantelamento do seu império colonial e, em especial, para a independência de Angola. Embora o Brasil ainda vivesse sob um regime ditatorial, tais acontecimentos tiveram ampla cobertura da imprensa. O artigo mostra que isto ocorreu devido aos interesses da política externa brasileira e à menor censura sobre o noticiário internacional.

Palavras-chave: Mídia; Política Externa Brasileira; Governo Geisel; Independência de Angola.



The Brazilian press and the recognition of Angola independence

Abstract

In 1975, the political changes in Portugal paved the way for the final decommissioning of its colonial empire, and, in particular, the independence of Angola. Although, at the time, Brazil still lived under the aegis of a dictatorial regime, such events had a wide coverage in the press. The article shows that this occurred because of Brazil's international interests and the lighter censorship applied to foreign news.

Keywords: Media; Brazilian Foreign Policy; Geisel Government; Angola independence.

ADRIANO DE FREIXO

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (PPGEST)/UFF.

JACQUELINE VENTAPANE FREITAS

Mestra em História Política pela UERJ e doutoranda em Ciência Política na UFF.

1 INTRODUÇÃO

Entre 1974 e 1976, a mídia brasileira acompanhou com bastante interesse os acontecimentos em Portugal após a Revolução dos Cravos e a queda da ditadura salazarista-caetanista, bem com seus desdobramentos na África, com o desmantelamento definitivo do império colonial português. A intensidade dessa cobertura jornalística é justificada não somente pela numerosa e influente colônia portuguesa existente no Brasil, ávida por ter uma noção do que estava a acontecer do outro lado do Atlântico, mas também por conta dos inúmeros interesses políticos e econômicos do governo e das elites brasileiras em relação à África. Naquele momento, o continente africano havia se tornado uma área prioritária para a Política Externa Brasileira e, na percepção de influentes setores dessas elites, um espaço natural de projeção do poder nacional do Brasil.

Há de se registrar a liberdade com que referidos assuntos foram abordados na imprensa brasileira, mesmo com o país ainda sob um regime ditatorial, chegando até a haver intensos debates – travados em alguns dos mais importantes veículos de comunicação do país – entre diferentes setores que possuíam visões distintas sobre qual deveria ser o posicionamento brasileiro diante de tais acontecimentos. Essa cobertura mais livre, em nossa avaliação, não pode ser explicada somente pelo início da transição democrática e pelo abrandamento da censura entre 1975 e 1978 (quando houve o fim da censura prévia) ou pela maior margem de manobra que o noticiário internacional possuía – o que levou ao aumento do seu espaço nos principais jornais e revistas de informação do país –, já que as preocupações dos censores e das autoridades governamentais estavam mais voltadas para o noticiário interno.

Neste prisma, pretendemos abordar neste artigo alguns aspectos da cobertura da imprensa escrita brasileira sobre a independência de Angola, em 1975, dando ênfase aos debates nela travados naquele período. Em nossa análise, procuramos entender a imprensa tanto como um ator doméstico que desempenha um papel importante no âmbito da política externa, seja por meio da influência por ela exercida sobre a opinião pública, seja procurando realizar pressões indiretas – via classe política – sobre o Executivo

e os formuladores dessa política (HILL, 2002), quanto como um ator instrumental utilizado por agentes do Estado brasileiro para articular acordos e construir suportes e bases de apoio para suas posições (GILBOA, 2002).

2 TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, POLÍTICA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL: O “PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL”

Em 15 de março de 1974, tomava posse o general Ernesto Geisel como presidente da República do Brasil. Pode-se dizer que um dos seus projetos mais importantes era o de conduzir o processo de transição para a democracia – a “distensão lenta, gradual e segura”, idealizada pelo próprio Presidente e por Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil e um dos mais destacados teóricos das propostas de um desenvolvimento global associado à segurança nacional. Na realidade, tomava-se o cuidado para evitar uma ruptura abrupta ou mesmo a descontinuidade do sistema vigente, havendo também a preocupação em preservar as forças armadas como instituição e em eximir os atores ativos do regime da responsabilidade de responder pelos atos de arbítrio.

A discussão sobre a redemocratização brasileira, após o período do regime autoritário constituído com o golpe civil-militar de 1964, gira em torno de diferentes variáveis políticas, econômicas ou sociais. Alguns autores apontam o projeto político do chamado grupo castelista como elemento definidor da transição, enfatizando a atuação dos seus dois principais atores individuais – Geisel e Golbery. Ressalta-se também a aplicação prática da tese de Golbery de que o Brasil estaria entrando, do ponto de vista da evolução do seu sistema político, em um “ciclo de descentralização” e que, portanto, o regime e suas instituições deveriam buscar mecanismos para tentar manter sua legitimidade.¹ Outros

1 A referência às centralizações e descentralizações buscava fornecer uma justificativa para a estrutura governamental e institucional da ditadura, baseada na centralização autoritária. Em sua tese, as fases de centralização e de descentralização despontariam como uma característica presente em todos os Estados modernos, incluindo-se o Brasil, em que “cada época histórica [...] admitirá um máximo e um mínimo de centralização e descentralização que lhe serão imanes e, assim, intransponíveis de fato”. COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica e Poder*, Rio de Janeiro, UniverCidade, 2003, p. 484. Conforme mostra Rezende (2001), a ideia de legitimidade democrática perpassou todo o período do regime militar.

terão como referência os aspectos econômicos, notadamente o esgotamento do modelo do “milagre econômico” e os reflexos das crises internacionais na economia nacional. E, finalmente, outra abordagem considera como fatores fundamentais o crescimento da oposição da sociedade civil, identificada ao renascimento do movimento operário e na atuação de instituições como a OAB, a ABI e a Igreja Católica, aliado ao crescimento da oposição política institucional, principalmente após as eleições de 1974 e a vitória do MDB, o partido de oposição.

Os conflitos intragovernamentais levaram à necessidade de negociações, concessões e mudanças de rumo, considerando que as crises políticas e econômicas se intercambiavam, bem como aumentavam as dissensões no meio da corporação militar e as demandas dos setores urbanos por melhorias econômicas e pela restituição das liberdades democráticas. O governo Geisel enfrentou, também, várias pressões que acabaram por interferir no processo de redemocratização: a dos setores mais radicais das forças armadas, a chamada “linha dura”; a da oposição institucional, representada pelo MDB, especialmente, o “bloco dos autênticos”; a de uma nova classe operária, que voltaria à cena política em 1978, nos quadros do “novo sindicalismo”; e a do empresariado nacional, que se lançaria na crítica do modelo econômico e do modelo político.²

Paralelamente à constituição dessa nova etapa na política doméstica brasileira, também tomava forma uma nova proposta de inserção do país no sistema internacional, com a ampliação do diálogo com novos parceiros estratégicos e da busca de meios para o desenvolvimento nacional. Com o nome de *Pragmatismo Ecumênico e Responsável*, a nova linha da Política Externa Brasileira surgia como a continuidade e a consolidação do projeto de “Brasil Grande” que havia se afirmado, sobremodo, durante o governo do

2 O chamado “bloco dos autênticos” constituía-se por políticos liberais pertencentes ao quadro MDB que radicalizaram sua oposição ao regime militar. Já por “novo sindicalismo”, compreende-se o movimento dos trabalhadores em direção à construção de um sindicalismo de massa, autônomo, livre, democrático e de classe. Tal movimento, com caráter ideológico explícito, resultou concretamente na criação, em 1963, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Teve sua origem nas organizações sindicais dos trabalhadores do ABC paulista, onde se situava o mais moderno parque industrial do país e onde ocorreram as primeiras greves que romperam com as normas vigentes.

presidente Médici (1969-1974). Depois de um breve período de alinhamento automático com os Estados Unidos, nos primeiros anos do regime autoritário pós-1964, a política exterior do país viria a se pautar, novamente, pela autonomia e pela busca do desenvolvimento. Estes objetivos perseguidos pelo Estado brasileiro e pelos formuladores da política externa brasileira, desde, pelo menos, a década de 1950, vão estar presentes de forma bastante intensa no governo Geisel.

A luta pela elevação do prestígio internacional do Brasil foi perseguida mediante instauração de uma “autonomia do desenvolvimento” em que as dificuldades criadas, principalmente pelos Estados Unidos, na cessão de material bélico mais moderno e sofisticado, levaram o país a recorrer a outras fontes para seu desenvolvimento tecnológico. Segundo Garcia (1997), os militares brasileiros tinham consciência de que a defesa da soberania nacional somente se daria como atividade própria e que não poderia ser admitida a subordinação estratégica ao poder hegemônico por tempo indefinido. O apogeu desse modelo, durante o regime militar, deu-se ao mesmo tempo em que se processava a transição política para um regime democrático, nos governos Geisel e Figueiredo. Em grande medida, a multilateralização da política externa brasileira daquele período vai responder às necessidades das forças armadas, no tocante ao desenvolvimento da sua capacidade industrial-tecnológica.

No início do governo Geisel, veio a ocorrer uma grave crise energética internacional, com visível impacto no processo decisório da política externa brasileira, embora os efeitos dos benefícios do “milagre econômico” dos anos anteriores ainda se fizessem sentir no país. As decisões sobre o acordo nuclear com a República Federal Alemã, a aproximação com os países do Oriente Médio, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e com os países da África Negra, importantes fornecedores de petróleo, surgiram como a necessidade de busca de novos parceiros que pudessem viabilizar o desenvolvimento do país, mesmo diante daquela grave crise, que aumentou enormemente a dívida externa brasileira.

Esse novo quadro internacional, aliado à visão de que o modelo ditatorial militar instituído já não se sustentava dentro dos mesmos

moldes, levou a que as percepções geopolíticas do governo Geisel não tivessem o aspecto ideológico como parâmetro mais forte para as relações dentro do sistema internacional. Agora, o econômico tornara-se o elemento prioritário, sendo essencial a busca de novos mercados e de fornecedores de petróleo. Ao mesmo tempo, internamente, avançava o projeto da “distensão lenta e gradual”, apesar da ocorrência de inúmeras crises políticas. O jornal *Folha de S. Paulo*, na sua edição de 20 de junho de 1975, ao noticiar o encontro do então ministro da Justiça, Armando Falcão, com deputados da ARENA, deixa bastante claro que os dois projetos se intercambiavam nas ações do governo central:

O País está em clima de absoluta tranquilidade, mas o processo de distensão gradual, em curso, não importará, em hipótese alguma, na supressão dos diplomas legais excepcionais. A bancada arenista da Câmara dos Deputados influirá na escolha do próximo presidente da agremiação majoritária. O Congresso deve iniciar, imediatamente, o debate da política nuclear brasileira.³

A crise energética internacional atingiu a aliança entre o empresariado e a tecnoburocracia que havia sustentado o regime desde seu início, fazendo com que a contestação quanto aos rumos da política econômica do governo fosse crescente e com que os setores empresariais buscassem maior participação nos processos decisórios governamentais. Para lidar com essas dificuldades, o presidente alterava os rumos da política externa, tendo seu olhar voltado, também, para a conjuntura internacional adversa. Como assinala Diniz (2002), os empresários industriais brasileiros, desde o início do desenvolvimento do capitalismo industrial nacional, revelaram alta capacidade de mobilização e de participação política em defesa dos seus interesses, com uma forma de ação essencialmente pragmática, apoiando governos e regimes distintos, fossem ditaduras ou democracias, adaptando-se assim ao grau de instabilidade política do país. Além disso, eles representaram um papel de destaque na sustentação política do modelo nacional-desenvolvimentista, integrando as diversas coalizões de apoio à ordem industrial que se implantava. Um bom exemplo disto foi sua

3 Banco de Dados Folha. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/Brasil_20jun1975.htm. Acesso em: 20 set. de 2010.

aceitação e participação no golpe de 1964 – por isto, dito como civil-militar, já que, apesar de conduzido pelas forças militares, teve como base de articulação importantes forças do meio civil, como o próprio empresariado e elites políticas alijadas do governo Goulart – e no apoio ao projeto autoritário do regime durante os dez anos que se seguiram. E foi justamente a partir de 1974 que as fissuras desse pacto começaram a se mostrar evidentes e que o empresariado passou a demandar novas posições no centro decisório.

3 O BRASIL E O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

É nesse quadro que se insere o reconhecimento da independência de Angola, sob a liderança do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA),⁴ resistindo às inúmeras pressões internas e externas. Internamente, a comunidade portuguesa no país, aliada a outros grupos de interesse, tentava influenciar a opinião pública por meio da grande imprensa. Externamente, mesmo com a nova constituição política advinda com a Revolução dos Cravos, que caminhava para a solução do problema colonial, pressões vinham de Lisboa para que o país não apoiasse o processo de descolonização no continente africano.

De todas as colônias portuguesas neste continente, Angola viria a ser aquela de maior interesse para o Brasil, não apenas por conta dos laços culturais e históricos, mas por sua importância econômica e sua posição geográfica no Atlântico Sul, área de especial interesse geopolítico para o país. Dessa forma, as mudanças que ocorriam na África portuguesa interessavam sobremaneira o Estado brasileiro e se, até então, as relações com essa região se estabeleciam através de Lisboa, com o processo de independência das colônias portuguesas, essas deveriam se dar diretamente com os novos países que se constituíam. Assim, diante do avanço das negociações em torno da independência de Angola, através dos Acordos de Alvor, a primeira providência do governo Geisel

4 O governo do MPLA foi qualificado pelas forças conservadoras da época de “marxista”, mesmo que essa definição só viesse a ser adotada pelo movimento de libertação após o seu primeiro Congresso, realizado em 1977, quando assume a designação “MPLA-PT” (MPLA – Partido do Trabalho) e nos seus estatutos inclui a designação de partido marxista-leninista.

foi o estabelecimento da Representação Especial no país, tendo à frente o embaixador Ovídio de Andrade Melo. Com essa atitude, o governo brasileiro rompia com o posicionamento tradicional dos governos militares de aliança com Portugal na questão africana e ampliava o diálogo com as novas nações do continente.

Cabe ressaltar que a reafirmação de uma política africana por parte do Brasil havia se iniciado ainda no governo Garrastazu Médici, depois do recuo verificado nos primeiros anos após o golpe de 1964. Assim, se os anos da Política Externa Independente (1960-1964) representaram uma virada nas relações Brasil-África – com a diplomacia brasileira assumindo uma postura de condenação clara de qualquer tipo de colonialismo e rompendo com a histórica posição de apoio aos interesses portugueses na África vigente até então –, o novo regime instaurado em 1964 reverteu esta tendência, porquanto a preocupação estratégica do governo brasileiro com a possibilidade do estabelecimento de governos de esquerda na costa atlântica da África fazia com que a possível independência das colônias portuguesas fosse vista como uma ameaça à segurança no Atlântico Sul:

Objetivando guarnecer esse flanco defensivo, reverteu-se a orientação política desenvolvida pelo governo anterior de afastar o país do regime português de Salazar, devido à sua obstinação em manter o império colonial a salvo do processo de descolonização. Movido pelo interesse geopolítico de assegurar o arquipélago de Cabo Verde e Angola adstritos ao bloco ocidental, o governo Castelo Branco buscou a reaproximação com o governo português. Após as visitas mútuas do chanceler português Franco Nogueira e do chanceler brasileiro Juracy Magalhães, foi restabelecido o “status quo ante”, o que proporcionou ao Brasil, em troca de seu apoio ao sistema colonial de Portugal, a assinatura de um tratado de comércio pelo qual se lhe abriram os portos coloniais (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 220).

Tal posição, como já assinalado, só seria modificada a partir de 1969 e a nova política brasileira para a África seria simbolizada pela visita do chanceler Mário Gibson Barboza a diversos países da costa ocidental africana. Esta visita fez com que a chancelaria brasileira tivesse uma noção bastante clara de que a manutenção do apoio a Portugal era prejudicial aos interesses políticos e econômicos do Brasil naquele continente:

O interessante é que desde o final de 1972 já estava definido para o alto escalão do Itamaraty que não havia mais condições de cotejar Portugal e a África negra simultaneamente. O êxito da visita de Gibson Barboza e as perspectivas de cooperação técnica e expansão comercial do Brasil no continente africano pareciam mais promissores que a tradicional amizade com Portugal. Esse foi o núcleo da reformulação política empreendida na época (SARAIVA, 1996, p. 170).

A reformulação da nossa política externa acabou propiciando ao Brasil exercer expressivo papel na consolidação do processo de descolonização da África-Portuguesa, ao ser o primeiro Estado estrangeiro a reconhecer a independência de Angola e a estabelecer rapidamente relações diplomáticas e comerciais com os novos países africanos de língua portuguesa. Era um novo momento da diplomacia brasileira: o do “Pragmatismo Responsável”, do chanceler Azeredo da Silveira, durante a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979). Nesse período em que os postulados da Política Externa Independente são retomados e aplicados em sua plenitude, a política africana de viés terceiro-mundista do Brasil chegou ao seu auge, abrindo naquele continente inúmeras possibilidades para a atuação do Estado e do setor privado brasileiros.

No caso de Angola, a aproximação era um processo delicado internamente, tornando-se alvo de discussão dentro do Itamaraty e entre as forças da chamada “linha-dura”, que viam a aproximação como um ataque frontal ao ideário anticomunista do regime instalado em 1964. Além disto, as críticas à posição brasileira sobre Angola reuniam também outras forças que tinham interesses próximos aos norte-americanos, para quem a postura da diplomacia brasileira com o ato do reconhecimento poderia criar outros tipos de problemas.

Como afirma Sombra Saraiva, fica claro que o reconhecimento da independência de Angola foi muito significativa para o fortalecimento da posição brasileira no sistema internacional, particularmente entre os países do então chamado Terceiro Mundo, com o crescimento não apenas das transações mercantis com os países africanos, mas também todo comércio com os países árabes. Conforme o autor, o primeiro aspecto a ser considerado na decisão brasileira é o fato de que, em 24 de novembro de 1973, o Brasil foi ameaçado com o embargo do petróleo, por conta das

suas posições na África Austral. O segundo ponto tem relação com a votação nas Nações Unidas na questão ao projeto da construção de Itaipu e Corpus, na qual se desejava contar com o apoio da África Negra. Finalmente, além da necessidade de contar com a diversidade de parcerias, deve se considerar o momento difícil das relações com os Estados Unidos naquele período, inclusive por conta do projeto de Acordo Nuclear do Brasil com a Alemanha Federal, em junho de 1975 (SARAIVA, 1996).

Como assinala Visentini,

Angola era um dos países mais interessantes para o tipo de relacionamento que o Brasil buscava. Sua riqueza em petróleo, minério de ferro e diamantes, e a língua comum, permitiria e facilitaria o intercâmbio comercial, técnico e de “know how”. O Brasil, a partir dos estudos de Zappa, concluíra que o governo do MPLA tinha mais chance de vencer a disputa. Ora, o cálculo brasileiro foi no sentido de ganhar a confiança do MPLA o mais cedo possível, até para contrabalançar uma influência excessiva dos soviéticos (VISENTINI, 1998, p. 243).

No campo internacional, o reconhecimento do governo do MPLA foi um desafio à política norte-americana, embora tivesse havido contatos anteriores entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, com vistas a se saber a posição clara do governo dos Estados Unidos. A única questão a ficar fora desses contatos foi a presença das forças cubanas logo após a declaração de 11 de novembro, como exposto:

E a questão dos cubanos? Foram eles quem garantiram a vitória do MPLA. O senhor foi acusado de não ter informado ao Itamaraty que havia cubanos em Angola.

Mello - Eu não concordo com a primeira parte de sua pergunta. O MPLA era a mais forte das três facções. O tempo mostrou isso. Uma das coisas que me deu mais alegria nas memórias do Kissinger foi verificar que em nenhum momento ele documenta a afirmação de que havia tropas cubanas combatendo em Angola antes do dia 11 de novembro, quando foi proclamada a independência. Ele diz que havia 230 cubanos no fim da primavera. Se Kissinger tivesse um único documento capaz de provar que havia cubanos combatendo em Angola, teria mostrado. Estou me referindo a combatentes. Os expedicionários cubanos chegaram no dia 11, quando Angola era uma nação independente. Combateram uma invasão sul-africana iniciada um mês antes. Agora, Kissinger diz que não soube da invasão

sul-africana, que foi desinformado pela CIA. Eu acho que ele sabia.⁵

Conforme assinala José Flávio Sombra Saraiva, a posição brasileira de reconhecer a independência decretada unilateralmente pelo MPLA acabou sendo seguida pela maioria dos países africanos, que até então defendiam – da mesma forma que a Organização da Unidade Africana (OUA) – o modelo de governo de “triumvirato”, com as três organizações que participaram da luta anticolonial (além do MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Assim, os desdobramentos políticos internacionais da posição adotada pelo governo Geisel teriam representado uma vitória da diplomacia brasileira que, desta forma, “adquiriu ainda maior consistência e respaldo para a cooperação econômica com o resto da África Negra” (SARAIVA, 1998, p. 167).

4 OS REFLEXOS DO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA DENTRO DO ITAMARATY

Mas as consequências foram muitas, sobretudo para um dos principais atores individuais envolvidos, no âmbito interno do Itamaraty, o embaixador Ovídio de Andrade Melo. O então representante do Brasil em Luanda foi proibido de dar entrevistas, transferido para outras embaixadas de menor estatura e teve sua promoção adiada até 1986. Segundo ele, setores conservadores da sociedade brasileira, que se manifestaram através da imprensa, foram contrários ao reconhecimento da independência e, até certo ponto, responsáveis por sua saída de Angola e por seu ostracismo nos anos seguintes.

Em 1978, John Stockwell, chefe da CIA durante o processo de independência em Angola, publicou um livro que, além de mostrar as ações norte-americanas para fortalecer o FNLA, reconhece que a posição brasileira estava coerente com a realidade dos fatos e que, por ele confrontar os interesses norte-americanos naquela ex-colônia portuguesa, admite que a CIA teria pressionado o governo brasileiro a afastar Ovídio Melo de Luanda. O Itamaraty

5 MELO, Ovídio de Andrade. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. In: *Comunicação & Política*, v. VII, n. 2, p. 75-165.

retrucou, por meio do seu porta-voz, que jamais teria acatado pressões de governos estrangeiros e que Ovídio agiu seguindo ordens expressas do governo brasileiro. Ovídio, entretanto, foi efetivamente substituído, em um processo não muito bem esclarecido:

[...] porque o reconhecimento de Angola – em boa hora feito e com dificuldades mantido pelo governo brasileiro – continuava a sofrer persistentes pressões internacionais e a ser motivo de acalorada discussão na imprensa brasileira, com reflexos muito graves até na composição de nosso governo. Devemos lembrar que, em 1978, o Ministro do Exército, Silvio Coelho Frota, ao ser demitido inopinadamente, lançou uma proclamação. E nesta, em primeiro lugar, citava o reconhecimento de Angola como um indício da crescente comunização que via na política brasileira. [...]

Frente às acirradas e passionais discussões que essa política suscitou de início e, vez por outra, ainda suscita, o Itamaraty se omitiu na minha defesa, embora haja mantido as relações com Angola que me pareciam essenciais. A bem destas relações, que de início eram tênues e estavam ameaçadas por pressões internas e externas de todo tipo, calei-me. Nem teria meios eficazes para defender-me, nas condições de censura e intimidação do regime político em que vivíamos.⁶

Em outro depoimento, Ovídio Melo assim se pronuncia:

Também tive minha carreira truncada pelos brasileiros. Eu, que até então tinha estado na Secretaria-Geral, tive postos importantes, chefias de divisão, postos agradáveis na Argentina e em Washington, passei a ter postos extremamente turísticos, bastante agradáveis, mas sem grande peso no contexto da política brasileira. E passei a prezar imediatamente o Congresso, porque fui Embaixador na Tailândia e cumulativamente fui Embaixador na Malásia e em Cingapura, depois de Angola. E nunca passei pelo Senado. O Itamaraty tirou-me do Senado, alegando que eu era um mero cônsul – eu era Cônsul Geral em Londres –, sem importância, e que ia para um país sem importância. Então, dos países com os quais tínhamos relações, a Tailândia passava a ser sem importância, Cingapura e a Malásia igualmente. E o Senado me dispensou.

Cinco anos depois, fui para a Jamaica, e o mesmo truque foi aplicado. O Vasco Marins, encarregado de relações pelo Congresso, declarou no Jornal do Brasil que foi encarregado pelo Silveirinha, pelo Guerreiro, de explicar ao Senado que eu era

6 MELO, Ovídio de Andrade. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. Op. cit.

um mero cônsul ou um embaixador que vinha da Tailândia, sem nenhuma importância; ia para a Jamaica, outro país sem importância, e não precisava ser sabatinado. Com o maior cinismo, ele disse que eu não podia ser sabatinado, porque, se o fosse, a sabatina começaria na Tailândia e terminaria em Angola, ou começaria na Jamaica e terminaria em Angola. E assim seria forçosamente. Devo dizer com franqueza que vivi 76 anos até hoje, dos quais 50 anos trabalhando no Itamaraty. Mas se houve um ano em que aprendi, em que vivi intensamente, foi o de 1975, que passei em Angola. Aprendi sobre a vida, sobre o Itamaraty, sobre política, dez vezes mais do que tudo o que fiz no Itamaraty nesses anos todos de vida.⁷

Ovídio Melo mantinha interlocução com as três forças que disputavam a hegemonia política no período anterior à declaração de independência e que permaneceram em luta depois. A decisão do governo brasileiro em manter diplomatas na capital foi ousada e diferenciada em relação às outras repartições estrangeiras, que fecharam suas portas. Depois de meses de observação da evolução do jogo político e considerando ter elementos suficientes para perceber a hegemonia do MPLA em Luanda diante dos outros dois movimentos, o embaixador sugeriu ao chanceler Azeredo da Silveira que o Brasil deveria estar preparado para reconhecer o governo de fato do MPLA, tendo em vista que a força comandada por Agostinho Neto já governava Angola em meio à guerra civil, expulsando os outros dois movimentos e executando funções administrativas, como ele mesmo assinala:

Fui então para Angola com instruções para ficar neutro, sem favorecer qualquer partido, em eleições ou lutas que ocorressem, como executor de uma política que era bem nacional apenas porque parecia inspirada em Machado de Assis: “Ao vencedor, as batatas” (MELO, 2000, p. 365).

As discussões em torno da decisão a ser tomada pelo governo brasileiro nesse processo já se davam desde 1974, mas o reforço da posição que acabou prevalecendo se deu em janeiro de 1975, quando o embaixador Ovídio desembarcou em Luanda, vindo de Londres. Antes de se fixar no país, ele encontrou os três líderes

7 Ex-embaixador Ovídio Melo critica a atuação da diplomacia brasileira e comenta seu papel na crise angolana, op. cit. Ver também revista *Veja*, n. 382, 31 de dezembro de 1975, seção *Diplomacia*. *Saúde e Política*, p. 23, sobre a saída do embaixador Ovídio Melo de Angola.

das facções que lutavam pelo poder em Angola: Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, esperando contar com a concordância dos três para a abertura do Escritório de Representação brasileiro. Em agosto, o embaixador expediu o telegrama no qual apontava a necessidade de reconhecer o MPLA quando chegasse a data prevista para a independência, conforme o Acordo de Alvor. O despacho do Itamaraty que informava que o reconhecimento pelo governo brasileiro deveria se dar em 10 de novembro, às 20 horas de Brasília, portanto, exatamente, meia noite em Luanda, somente chegou a Ovídio na véspera. Na mesma data do reconhecimento, seria levado para assinatura de Geisel o decreto que determinava a abertura da embaixada do Brasil em Luanda.

Apesar de o Brasil ter se comprometido com a neutralidade entre as três forças, a realidade dos fatos teria levado o país a reconhecer o governo do MPLA. Mas a presença brasileira seria repleta de movimentos contraditórios anteriores: Ítalo Zappa, chefe da Divisão de África do Itamaraty, sugeriu o fechamento do Escritório de Representação em Luanda, porém teve manifestação contrária de Ovídio Melo. Diante dos argumentos de Ovídio, Geisel e Azeredo da Silveira mantiveram a decisão de reconhecer o “governo instalado” em Luanda, diminuindo, no entanto, o nível das relações com as autoridades do governo angolano. Para isto, optou por retirar Ovídio de Angola, designando, por telegrama ao ministro das Relações Exteriores de Angola, José Eduardo dos Santos, o então conselheiro Affonso Celso de Ouro Preto como novo Encarregado de Negócios.⁸

Dentro da lógica do Pragmatismo Responsável, a relação mais efetiva com o continente africano, para que o país alcançasse uma posição de maior destaque dentro do sistema internacional, desconsiderava as implicações ideológicas. No entanto, setores da base de apoio ou mesmo setores de dentro do governo tinham posições contrárias e utilizaram o espaço da imprensa para debater suas ideias, mesmo que ainda estivessem vigorando os instrumentos de exceção, como o Ato Institucional nº. 5, de 1968, e a

8 Segundo o embaixador Ovídio, a nomeação de Affonso de Ouro Preto fora recusada, inicialmente, pois os dirigentes do MPLA o confundiram com seu irmão, que sempre apoiara o governo colonialista de Portugal. Entrevista à autora, julho de 2011.

Lei nº. 1.077 de 1970, a Lei de Imprensa. Mais que espaço possível para um debate relativamente democrático, as discussões sobre questões internacionais na imprensa representavam a face pública dos conflitos entre esses grupos. Analisar os debates ocorridos através da imprensa – e que, em grande maioria, refletiam os interesses contrários ao reconhecimento do “governo marxista” de Angola – e sua influência no processo de tomada de decisão por parte de Geisel, amparado por seu chanceler, permite se perceber o grau de influência dos fatores domésticos em assuntos de política externa, bem como os movimentos das coalizões políticas favoráveis e desfavoráveis ao governo naquele momento.

Nesse contexto, Geisel utilizou o processo decisório de política externa como instrumento de fortalecimento do seu projeto político de controle das forças que se opunham a ele, inclusive dentro das próprias forças armadas. Em junho de 1975, os militares da linha-dura elaboraram um relatório, sob a égide do Centro de Informações do Exército, intitulado *Estudo e apreciação sobre a Revolução de 1964*, com uma minuciosa análise destinada a determinar os caminhos para controlar o processo de abertura política, fazendo duras críticas ao Presidente da República, nos campos interno e externo, e apontando como uma “falha” do governo Geisel o fato deste “não ter estabelecido um efetivo plano de ação” e, em seu lugar, ter optado pelo “velho e conhecido pragmatismo” não baseado em princípios morais e “despido de princípios”, que terminaria destruindo a si próprio. A abertura “é a permissão para o inimigo entrar, em cunhas profundas e talvez definitivas, dentro do campo da Revolução de 64. Por isso está inquietando e pode dividir as FFAA” (BAFFA, 1998).

O Presidente e seus colaboradores mais próximos – entre estes o general Golbery e o chanceler Azeredo da Silveira – enfrentaram os setores insatisfeitos das forças armadas com o processo de distensão que empreendiam e utilizaram a política externa diante das ameaças que esses e outros setores representavam. Nesta perspectiva, Vizentini aponta para os aspectos nos quais as decisões da política externa são defendidas por alguns setores hegemônicos do bloco de poder que dá suporte ao governo e não o seu conjunto, e que grupos de interesses conseguem influir em

determinadas áreas da política externa, o que leva à percepção da articulação entre as políticas externa e interna como uma relação dialética, onde “nem sempre existe uma afinidade formal absoluta” (VISENTINI, 1998, p. 15).

Grupos de interesses diversos, no âmbito das elites políticas e econômicas, posicionaram-se contra algumas das principais decisões de política externa do governo Geisel, assumindo uma posição de questionamento às bases econômicas e políticas do regime, com o discurso de necessidade de recuperação dos princípios democráticos e de uma menor participação do Estado nos rumos da economia do país. A liberalização da imprensa, um dos primeiros movimentos do processo de transição do regime para a democracia, permitiu que essas forças de oposição dentro das elites usassem os veículos de comunicação de massa não apenas para formar uma opinião pública, ainda definida nos limites de um regime autoritário, mas como instrumento de pressão para a consecução dos seus interesses.

5 A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA NA IMPRENSA BRASILEIRA

Os diversos estudos sobre a imprensa nos anos da transição democrática têm apontado para o papel da liberalização da imprensa e do fim da censura, fatores importantes para a transformação política do país. Junto com outros dispositivos do governo militar – repressão política, repressão policial e controle social –, a censura era indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1964 (FICO, 2004). Para Abreu (2005), os jornalistas teriam se valido de estratégias diversas para acelerar o processo de democratização brasileira iniciado com Geisel, depois de um longo período de intervenção dos militares no próprio sistema de comunicação do país. Se os empresários de mídia foram beneficiados pelos financiamentos e pelas cotas de publicidade obtidos do Estado por um lado, por outro, teriam tido como contrapartida o ônus da censura e da repressão, o que teria levado à retirada do apoio inicial dado pelo segmento ao regime militar e a uma atuação autônoma diante dos interesses do governo. No entanto, em nossa perspectiva, apesar da utilização do espaço da imprensa

para canalização das suas demandas, a relação de interdependência entre o empresariado – inclusive os grupos de mídia – e o Estado descaracterizava essa autonomia.

Tendo como referência Marcel Merle (1981), pode-se classificar a imprensa como um dos fatores extrainstitucionais que interferem na elaboração da política exterior, no relacionado tanto à questão da opinião pública como à atuação dos grupos de pressão. Segundo o autor, há uma confusão entre a noção de ator e a noção de papel cumprido, porquanto as diferenças entre os que seriam atores reais e os papéis que representam devem levar ao cuidado de não se fazer um julgamento de valor quanto ao papel efetivo desses atores. Ainda que os Estados sejam os atores privilegiados – os protagonistas – do sistema internacional, não se pode negligenciar as diversas modulações do exercício das suas funções internacionais, bem como a realidade do fenômeno estatal. Como a política externa de um Estado representa a política daqueles que o dirigem em dado momento, é preciso procurar quais os mecanismos e as forças que comandam a elaboração da política exterior, pelos mecanismos institucionais e a avaliação das pressões que se exercem sobre os órgãos decisórios.

Sem sombra de dúvida, o início da “distensão” promovida pelo governo Ernesto Geisel ajuda a explicar certo “afrouxamento” da censura sobre os meios de comunicação – inclusive com o fim da “censura prévia” – principalmente a partir de 1975. No entanto há de se notar que mesmo no período de maior controle sobre a mídia, a censura se aplicava mais ao noticiário interno, enquanto o internacional era menos sujeito à ação dos censores. Tal fato levou os principais grupos de comunicação brasileiros a investirem bastante neste segmento, deixando de ser meros repetidores das notícias transmitidas pelas agências internacionais e passando a ter um corpo de correspondentes no exterior:

Uma outra estratégia de sobrevivência diante da censura aos assuntos políticos nacionais foi dar ênfase ao jornalismo internacional. A Rede Globo, no seu Jornal Nacional, jornal diário e o de maior audiência da televisão brasileira, investiu na formação de correspondentes no exterior e deu maior espaço ao noticiário internacional. A Revolução dos Cravos teve grande cobertura, assim como todas as notícias sobre a queda de velhas ditaduras, como a da Espanha. Era uma maneira de mostrar ao

público brasileiro os passos dados por outros países em direção à democracia (ABREU, 2005, p. 57).

Contudo, tal explicação parece ser insuficiente para o entendimento da grande liberdade com que alguns temas da pauta do noticiário internacional foram debatidos pelos principais veículos da grande imprensa no Brasil. Neste sentido, podemos pressupor que a maior flexibilidade do regime para com o noticiário internacional – e sobretudo em relação a alguns eventos bastante definidos – pode ser entendida no âmbito das diretrizes da política externa brasileira daquele momento, no qual esse noticiário também se tornava um espaço de debates, cuidadosamente articulado por Geisel, Golbery e Azeredo da Silveira e reconhecido pelos grupos que sustentavam a própria base do governo, bem como por seus opositores. Portanto, a atuação da imprensa nesse período pode ser entendida dentro da perspectiva proposta por Eytan Gilboa que, em seus estudos sobre os meios de comunicação de massa e as relações internacionais, define como um dos papéis da mídia o de ser um ator instrumental utilizado pela diplomacia como uma ferramenta para mobilizar suporte e lograr acordos (GILBOA, 2002).

Dois episódios suscitaram grandes debates na imprensa naquele período (1974/1975): o voto brasileiro na ONU condenando o sionismo como uma forma de racismo e o reconhecimento da independência de Angola sob o governo marxista do MPLA. Além disto, surgiam com destaque as discussões sobre a crise energética; a crise política que se sucedeu às eleições de 1974 – com a vitória do MDB – e o prognóstico de uma vitória futura desse partido de oposição; o agravamento dos problemas econômicos do país; e de forma quase inédita, a repressão política, por conta da morte de Wladimir Herzog. Todos estes acontecimentos eram relacionados direta ou indiretamente a esses dois atos da política externa do Itamaraty, vistos como elementos de agravamento dessas crises que afetavam as bases de sustentação do governo:

Quando o Brasil votou a favor da moção contra o sionismo, apresentada pelos países árabes na ONU, estava acompanhado apenas das nações comunistas lideradas pela União Soviética, onde a liberdade dos judeus é trocada por dólares [...]. As reações nacionais que se seguiram ao nosso voto essencialmente

racista no âmbito da ONU eram compreensíveis, porque de fato o governo não teria dado, àquela altura, explicações razoáveis que pudessem justificar a posição assumida internacionalmente e que repercutira de modo desfavorável junto à opinião pública brasileira.

O próprio pragmatismo responsável, que vem sendo adotado pelo Itamarati, não abrangeria, segundo se informava no âmbito do governo, posições políticas como a que adotamos no caso do voto contra o sionismo, que na verdade, comprometem nossas tradições políticas de solidariedade ao mundo ocidental e cristão da nação que se orgulha de ser um modelo de democracia racial.⁹

O voto contra o sionismo levou às revistas do grupo Adolpho Bloch – *Manchete* e *Fatos & Fotos* – a assumirem uma espécie de “voto de silêncio” – adotando depois uma postura crítica –, onde antes havia manifestações de apoio ao governo. Já a revista paulista *Visão* – dirigida por Henry Maksoud – publicou em 8 de dezembro de 1975 uma análise mais aprofundada sobre as duas ações e seus reflexos no debate político interno, onde se manifestam também preocupações com as consequências externas do ato:

Resistência à política externa supera previsão

É difícil para o governo conseguir apoio ao seu programa externo, depois do reconhecimento de Angola e do voto antisionista.

A repercussão de recentes decisões do governo no campo da política externa ressaltou as dificuldades que o próprio governo encontra para mobilizar apoio e agir com desembaraço, mesmo no setor em que sua ação se reveste de maior coerência e dinamismo [...].

A comparação entre o que se passa na política interna e na política externa não só é pertinente, mas natural e até necessária, uma vez que também a segunda não se faz no vácuo, senão com base na mesma realidade nacional.

E não haverá erro em dizer que o Pragmatismo Ecumênico e Responsável, voltado para a ampliação dos contatos e a busca de oportunidades para o país no mundo, é a face externa da “lenta, gradual e segura distensão” – que abria o diálogo e buscava alternativas para a conciliação democrática da sociedade brasileira.¹⁰

9 Revista *Fatos & Fotos Gente*, n. 745, p. 59, 1º de dezembro de 1975.

10 Revista *Visão*, v. 47, n. 12, p. 28-30, 8 de dezembro de 1975.

Outro importante veículo de informação a abordar o tema foi a revista *Veja*, ainda dirigida pelo jornalista Mino Carta. Logo após a divulgação do reconhecimento brasileiro da independência de Angola, na edição de 19 de novembro de 1975, em mais de um espaço da revista, o espanto e as críticas se fizeram presentes:

A segunda-feira da semana passada, 10 de novembro, bem que poderia ser comemorada no futuro como o Dia do Pragmatismo Responsável, se a história ainda por ser escrita das relações internacionais der razão ao patrono da nova política externa brasileira, chanceler Antônio Azeredo da Silveira. Pois, nesse dia – e antes mesmo que os países do bloco socialista o fizessem –, o Brasil reconhecia a independência angolana e, implicitamente, a hegemonia política do Movimento Popular para a Libertação de Angola [...]. E confirmou no plenário das Nações Unidas – na solitária companhia de Cuba e do México, entre todos os vizinhos latino-americanos, o voto que já havia dado na Comissão de Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais da ONU a favor da resolução que considera o sionismo como “uma forma de racismo e discriminação racial”.

[...] Em sucessivos editoriais, O Estado de S. Paulo classificou como “irresponsável” o pragmatismo de Azeredo da Silveira [...].¹¹

Em outra entrevista dada pelo embaixador Ovídio Melo, desta vez ao jornalista Elio Gaspari, em 1999, ele criticou a parcialidade da imprensa brasileira, bem como a forma como as notícias sobre a questão eram tratadas nos jornais brasileiros:

A política externa é uma preocupação de muito pouca gente. A nossa imprensa não produz uma visão brasileira das questões internacionais. A maior parte do material publicado é a tradução do pensamento dos outros. Utiliza-se o noticiário de agências e jornais estrangeiros. Em certos casos, nossa imprensa manda enviados especiais. Eles olham o problema com uma visão brasileira. Frequentemente fazem isso com competência. Em Angola, por exemplo, os repórteres Lutero Mota Soares e Eduardo Pinto, mandados pelo “Jornal do Brasil”, perceberam o que estava acontecendo. O jornal publicava nas páginas internas o que eles escreviam e, nas manchetes, o que diziam as agências. Terceirizavam as manchetes. Daqui a pouco, quando os enviados especiais a Kosovo tiverem saído de lá, voltaremos a traduzir as notícias feitas com o olhar alheio.

11 Diplomacia. Revista *Veja*, n. 376, p. 24, 19 de novembro de 1975.

A que o senhor atribui os ataques que recebeu? Acusaram-no de ter reconhecido o governo de Agostinho Neto sem autorização, de ter omitido a presença de tropas cubanas e de ter favorecido o MPLA.

Melo - Era mais fácil atacar a mim do que ao presidente Ernesto Geisel, que tinha tomado as decisões essenciais. Havia no Brasil um grupo de portugueses fascistas, alguns policiais expatriados e também brasileiros que gostariam de reverter as relações com Angola ao tempo em que ela foi o maior fornecedor de escravos para o Brasil. Em alguns casos, a hostilidade tinha motivos mesquinhos. A história de que eu reconheci o governo sem instruções é uma tolice. Eu não seria maluco de fazer uma coisa dessas. Isso foi inventado por um diplomata que trabalhava no Departamento de África do Itamaraty. Foi ele quem passou a mentira ao SNI e a um jornalista. Enquanto isso, o cônsul americano em Luanda, antes de voltar para Washington, me disse que, se o Brasil reconhecesse o MPLA, estaria certo. Ele conhecia a situação de Angola e agora o Kissinger admitiu que os diplomatas americanos que discordavam dele sabiam o que estavam dizendo.¹²

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de formulação da ação política externa, a imprensa figura como um importante segmento, e durante a abertura política, ela foi um espaço no qual se tornaram visíveis os conflitos em curso no interior do grupo hegemônico. No contexto autoritário do regime que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964, os veículos de informação tiveram atuação extremamente significativa para a legitimação da nova ordem política e para a construção de maior coesão interna da sociedade brasileira. E entre 1974 e 1979, momento de maior protagonismo da política externa brasileira, o noticiário internacional também se tornaria um espaço de debates, cuidadosamente articulado por Geisel e Golbery. Desde o início, o Pragmatismo Responsável teve de ser legitimado internamente diante de diversos grupos de interesse e de segmentos políticos e sociais que davam sustentação ao regime.

12 Ex-embaixador Ovídio Melo critica a atuação da diplomacia brasileira e comenta seu papel na crise angolana, op. cit. Ver também revista *Veja*, n. 382, 31 de dezembro de 1975, seção *Diplomacia*. *Saúde e Política*, p. 23, sobre a saída do embaixador Ovídio Melo de Angola.

Cabe destacar, ainda, que o reconhecimento do governo português após a Revolução dos Cravos (1974) e da independência de Angola sob o governo de Agostinho Neto não teve a unanimidade do Conselho de Segurança Nacional. Este órgão adotava uma linha política muito próxima ao pensamento da chamada linha-dura, refratária a qualquer aproximação com países que manifestassem um ideário esquerdista, mesmo que isto fosse a expressão dos objetivos estratégicos e econômicos do país. No caso de Angola, isto foi mais evidente, porquanto membros do próprio partido do governo se posicionaram contrariamente ao reconhecimento “precoce” de um “governo marxista”.

A imprensa publicou inúmeros artigos criticando o Itamaraty, na figura do seu chefe, o chanceler Azeredo da Silveira, e conseguiu, efetivamente, interferir na instituição – mesmo que posteriormente ao fato consumado do reconhecimento – tanto com o afastamento de Ovídio de Andrade Melo da representação brasileira em Angola, quanto com o estabelecimento de um certo freio nas relações com o novo país. A embaixada brasileira, apesar de todos os esforços do embaixador, somente seria constituída em janeiro de 1976, mas já sem a presença do principal articulador brasileiro em todo aquele processo. Este talvez seja o aspecto em que fica mais clara a divergência entre os que colocam a imprensa como um ator importante na luta contra o regime militar ao lado de forças progressistas no período da transição democrática, e os que ressaltam seu papel de porta-voz de interesses de grupos políticos diversos, inclusive, de forças retrógradas, demonstrando a íntima relação entre aqueles que se apresentam como “portadores da modernidade e do desenvolvimento e os setores mais atrasados, arcaicos e/ou truculentos de nossa sociedade” (FONTES, 2009, s/p).

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de. A mídia na transição democrática brasileira.

Sociologia, Problemas e Práticas, n. 48, p. 53-65, 2005.

ARAÚJO, M. P. N. A Ditadura Militar em tempo de transição

(1974-1985). In: MARTINHO, F. C. P. (Org.). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

BAFFA, A. **Nos porões do SNI**: o retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro: Objetiva, 1988.

CARVALHO, J. de. **Revista Veja**: um olhar sobre a independência de Angola. São Paulo: Gandalf, 2009.

CERVO, A. L. (Org.). **O desafio internacional**: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Ed. UnB, 1994.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FROTA, S. **Ideais traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GARCIA, E. V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GILBOA, E. Global communication and foreign policy. **Journal of Communication**, Dec. 2002. Disponível em: <<http://ics.leeds.ac.uk/papers/pmt/exhibits/1173/gilboa.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.

GONÇALVES, W.; MIYAMOTO, S. Os militares na política externa brasileira (1964-1984). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993.

HILL, C. **The changing politics of foreign policy**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2002.

MACARINI, J. P. **Governo Geisel**: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. Campinas: IE-UNICAMP, n. 142, maio 2008. (Texto para Discussão).

MELO, O. de A. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty**: relatos de política externa de 1948 a atualidade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009a.

_____. Entrevista a Beatriz Bissio. **Revista África 21**, n. 32, ago. 2009b.

_____. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. **Comunicação & Política**, v. VII, n. 2, p.75 - 165. 2000.

MERLE, M. **Sociologia das relações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

NASSER, F. Embaixador Ovídio de Andrade Melo, o Juca. **Revista Juca, Diplomacia e Humanidades**, ano 2, n. 2, p. 19-20, 2008.

PEREIRA, A. D. **Relações exteriores do Brasil III (1964-1990)**: do Regime Militar à “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 2010.

PINHEIRO, L. Ao vencedor, as batatas: o reconhecimento da independência de Angola. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 83-120, jan./jun. 2007.

_____. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o Regime Militar. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**: prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

REBELO, A.; FERNANDES, L.; CARDIM, C. H. (Orgs.). **Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

SARAIVA, J. F. S. Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: SARAIVA, J. F. S.; CERVO, A. L. (Orgs.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005.

_____. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, S.; SARAIVA, J. F. S. (Orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A África e o Brasil**: encontros e encruzilhadas. Porto Alegre: FAPA, nov. 1998. (Ciências & Letras, 21-22).

_____. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Ed. UNB, 1996.

SILVA, C. L. **VEJA**: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Cascavel: Edunioeste, 2009.

SPEKTOR, M. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, p. 191-222, jul./dez. 2004.

_____. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

STOCKWELL, J. **In search of enemies**. New York: W.W. Norton, 1978.

VISENTINI, P. F. **Relações internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.